

➤ **REGULAMENTOS**

**13. REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO HUMAN POWER HUB –
REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO:**

Da **DMG – Divisão de Serviços Jurídicos e do Contencioso**, submetendo à consideração do Executivo Municipal a revogação da deliberação do Executivo Municipal, realizada no dia 21/03/2022, que determinou o Regulamento do Programa de aceleração do Human Power Hub, proposta que se anexa.



PROPOSTA

REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO

A ... do ...
2253.22
[Signature]

De acordo com o estabelecido no artigo 169º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, propõe-se ao Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, que remeta a reunião do Executivo Municipal, a presente proposta de **REVOGAÇÃO**:

- a) da **deliberação do Executivo Municipal** tomada em reunião ordinária realizada no dia **21/03/2022**, que determinou que o REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO HUMAN POWER HUB, estava em condições de ser remetido à Assembleia Municipal para aprovação, com fundamento em claro lapso da gestora do procedimento, já que:
 - a. o Regulamento que foi anexado à proposta foi o REGULAMENTO DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO SOCIAL DO HUMAN POWER HUB;
Efetivamente,
 - b. tendo sido remetido para início do procedimento, pela Bragahabit, o REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO HUMAN POWER HUB, foi o mesmo iniciado após deliberação do EM em reunião ordinária realizada no dia 08/02/2022;
 - c. Passado o período de participação procedimental, nos termos do estatuído no artigo 98º do CPA, não foram recebidos quaisquer contributos, pelo que o processo estava em condições de seguir para o EM com vista à aprovação pela AM;
 - d. No entanto, foi recebido (novo) Regulamento por parte da Bragahabit, desta vez o REGULAMENTO DE APOIO AO



EMPREENDEDORISMO SOCIAL DO HUMAN POWER HUB, para início do procedimento;

- e. Por lapso, entendendo-se que se tratava do mesmo assunto, foi elaborada informação para um e anexou-se o outro;
- f. O que se resolverá com a revogação da decisão referida em a) e que permitirá:
 - i. Preparar informação destinada a remessa ao EM para aprovação pela AM, do REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO HUMAN POWER; e,
 - ii. Preparar informação do início do procedimento tendente à aprovação do REGULAMENTO DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO SOCIAL DO HUMAN POWER HUB.

A Gestora do Procedimento,

30/03/2022

➤ **REGULAMENTOS**

12. REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO HUMAN POWER HUB – DMG-DSJC:

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, o **REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO HUMAN POWER HUB**, nos termos da alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da alínea g), do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal, que se anexa

*Alfredo Gomes - Alvaro de B
ecol*



Despacho da Chefe da DSJC - Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso, Dra. Isilda Castro,

Despacho do Sr. Diretor da DMG – Direção Municipal de Gestão, Dr. Sandro Louro,

Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Ricardo Rio,

Ass. do Excmo.

22/3/16

[Signature]

Assunto: APROVAÇÃO REGULAMENTO - Regulamento do Programa de Aceleração do Human Power Hub

Informação de 15/03/2022

Tendo terminado o período de publicitação do início do procedimento e participação procedimental nos termos do estatuído no art.º 98.º do CPA do projeto de regulamento acima indicado, não foram efetuados quaisquer contributos, nem houve constituição de interessados.

Assim, entende-se ser de dispensar a audiência prévia e consulta pública, nos termos do que dispõem os artigos 100º e 101º do CPA, uma vez que, não tendo comparecido nenhum interessado que devesse ser ouvido em audiência dos interessados, e não justificando a natureza da matéria regulada neste Regulamento uma consulta pública, porque não afeta de modo direto e

imediatos direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, antes confere direitos a potenciais interessados, a situação não tem enquadramento legal na obrigatoriedade prevista naqueles artigos.

Pelo que, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º do mesmo diploma legal, **o presente Regulamento deve ser remetido ao Executivo Municipal, para que seja proposto à aprovação da Assembleia Municipal de Braga**, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.

À consideração superior,

A jurista, gestora do processo,

ANEXO:

1. Projeto do Regulamento

Regulamento de Apoio ao Empreendedorismo Social do Human Power Hub

NOTA JUSTIFICATIVA

Os desafios sociais, ambientais e económicos são vários, complexos e multidimensionais e apesar de todo o esforço despendido no combate aos principais problemas comunitários, estes têm persistido e há uma visão crescente de que existe uma oportunidade de inovação capaz de gerar resultados com mais impacto quer através de políticas públicas, quer através de projetos desenvolvidos em colaboração ativa com os governos, autarquias, empresas e entidades sem fins lucrativos.

Atendendo que a Inovação Social e o Empreendedorismo Social são processos segundo os quais são geradas soluções mais eficazes e eficientes do que as existentes para a resolução dos problemas da sociedade; que o plano estratégico do Município de Braga prevê o apoio à criação de serviços inovadores dirigidos à comunidade; e que os objetivos do “Human Power Hub – Centro de Inovação Social de Braga” visam o apoio à criação de iniciativas empreendedoras orientadas para o impacto social, a BragaHabit, através do Humam Power Hub, decidiu criar, por via deste Regulamento, um Programa de Apoio ao Empreendedorismo Social que visa potenciar iniciativas de impacto social incrementais e disruptivas no Município de Braga para resolver os desafios sociais dos nossos tempos, bem como a provocar mudanças sociais rumo a um desenvolvimento sustentável, através do acompanhamento contínuo de projetos, da cedência de espaços físicos, mentoria, consultadoria, networking e capacitação.

Do ponto de vista da ponderação dos custos e benefícios é inegável que o sucesso da aplicação deste Regulamento implicará uma significativa mais-valia para o Município de Braga, contribuindo para que este se torne mais justo, harmonioso e equilibrado.

O Programa de Apoio ao Empreendedorismo Social será assegurado pela equipa do Human Power Hub, não havendo custos acrescidos. Será gratuito para os participantes

e contará com uma rede de parceiros, formadores e mentores que fazem parte da comunidade constituída no âmbito deste ecossistema.

Com este desígnio, desenvolveu-se o presente regulamento.

Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, e das competências previstas na alínea h), do nº 2, do artigo 23º, na alínea g), do nº 1, do artigo 25º, na alínea k), do nº 1, do artigo 33º, todos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi o presente regulamento aprovado pela Câmara Municipal, sob proposta do seu Presidente, em reunião de ____/____/2022, e pela Assembleia Municipal, na sua sessão de ____/____/2022.

Capítulo I

Human Power Hub

Artigo 1.º

(Objeto)

O presente Regulamento define as normas de acesso, funcionamento e condições de utilização do espaço físico do “Human Power Hub – Centro de Inovação Social de Braga” (doravante designado apenas por “HPH”) na vertente de Empreendedorismo Social, que faz parte de uma estratégia Integrada de promoção de Inovação do Município de Braga, Laboratório de Inovação de Braga.

Artigo 2.º

(Localização)

As instalações do HPH situam-se no Laboratório de Inovação de Braga, Rua de São Domingos, nº 94 B, 4700-176 Braga, Portugal.

Artigo 3.º

(Natureza)

1. O HPH é uma plataforma de promoção da inovação social, de empreendedorismo social, responsabilidade social e de impacto, gerido pela BragaHabit – Empresa

Municipal de Habitação de Braga, E.M. (doravante BragaHabit), dinamizadora de uma série de ações no domínio da Inovação Social, destinada a apoiar projetos de empreendedorismo social que permitam efetivar políticas de responsabilidade social consequentes e com impacto social positivo.

2. O HPH funciona como plataforma agregadora de várias entidades públicas e privadas, as quais através da partilha do respetivo suporte técnico e/ou financeiro contribuem para a realização da missão do HPH.

Artigo 4.º **(Objetivos)**

O HPH visa:

- a) Apoiar cidadãos, ativistas, empreendedores, bem como entidades públicas e privadas e promover soluções diferenciadas e disruptivas na resolução de problemas e necessidades sociais;
- b) Promover o desenvolvimento de ideias de negócio, orientados para o impacto, sustentáveis, com potencial de crescimento e com vista à sua implementação no espaço de coworking do HPH, disponibilizando espaço físico para o desenvolvimento das suas atividades, bem como o acesso privilegiado a um conjunto de entidades parceiras, proporcionando desta forma às entidades residentes e incubadas a inserção num ecossistema social do concelho de Braga.

Artigo 5.º **(Destinatários)**

Poderão candidatar-se aos espaços de pré-aceleração, aceleração, incubação, internacionalização e a serviços de coworking do HPH:

- a) Pessoas singulares promotoras de uma Iniciativa Empreendedora, entendida como um projeto que proponha uma abordagem alternativa e inovadora para responder a problemas sociais;
- b) Entidades, públicas ou privadas que apresentem um projeto (que corresponda aos objetivos previstos na cláusula anterior) com componente de inovação

social, com potencial de sustentabilidade que privilegiam as questões de âmbito social e orientação para o impacto.

Artigo 6.º

(Prazo de Permanência)

1. O prazo de permanência máxima das entidades e/ou empreendedores no espaço de incubação do HPH é de 2 (dois) anos.
2. Este período de permanência, será sujeito a avaliações trimestrais para aferição de resultados e indicadores pré-definidos em contrato de incubação.

Capítulo II

Gestação (Pré-aceleração, Aceleração, Incubação, Internacionalização)

Artigo 7.º

(Gestação)

1. O modelo de gestação contempla o apoio aos projetos/iniciativas empreendedoras em quatro fases distintas:
 - i) Pré-aceleração
 - ii) Aceleração
 - iii) Incubação
 - iv) Scalling.
2. A Pré-aceleração e Aceleração correspondem ao período de tempo em que o HPH disponibiliza aos Empreendedores apoio no desenvolvimento da ideia empreendedora e a sua concretização num Plano de Negócios, para que as Iniciativas Empreendedoras que entrem no processo de gestação física tenham o seu produto/serviço suficientemente desenvolvidos para ser lançado no mercado:
 - 2.1. Os Empreendedores destas fases têm de reunir as condições necessárias para participar ou no Programa de Pré-aceleração, ou no Programa de Aceleração (conforme avaliação de cada candidatura, feita pelo HPH), conforme Regulamento válido e em vigor à data da sua candidatura ao respetivo programa;

- 2.2. No período de aceleração, os Empreendedores poderão utilizar as instalações do HPH na vertente de coworking, aceder a serviços de formação HPH, de consultoria especializados, bem como a outros serviços especializados com vista a formalização jurídica da iniciativa empreendedora;
- 2.3. Todos os projetos apresentados/desenvolvidos nesta fase terão de ser validados pela Direção do HPH.
3. A Incubação consiste na disponibilização de um espaço físico com vista à implementação de uma Iniciativa empreendedora ou a orientação para o impacto de um projeto de uma empresa já existente (nos termos da cláusula 5.ª), proporcionando às entidades incubadas condições privilegiadas de acesso a uma comunidade de empreendedores sociais e organizações de impacto, a entidades especializadas de consultoria, contabilidade, serviços jurídicos, entidades públicas, investidores e financiadores. Durante todo o período de Incubação serão realizadas reuniões periódicas com vista ao acompanhamento da Iniciativa Empreendedora.
 - 3.1. O HPH, disponibiliza de igual forma, a realização de processos de incubação virtual, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Rede Nacional de Incubadoras.
4. A Scalling corresponde ao período em que o HPH apoia e orienta a Comunidade HPH com vista à sua sustentabilidade fora do ambiente de gestação e da Cidade de Braga, assegurando o acesso a uma comunidade internacional de empreendedores sociais e organizações de impacto, a entidades especializadas de consultoria especializada, contabilidade, serviços jurídicos, entidades públicas, investidores e financiadores, no sentido de proporcionar o aumento da sustentabilidade das Iniciativas Empreendedoras do HPH.

Artigo 8.º

(Candidaturas)

1. O processo de candidatura a qualquer um dos apoios discriminados no artigo 7.º inicia-se com o preenchimento do formulário disponível no website do HPH ou por qualquer outra forma que venha a ser prevista no respetivo Regulamento ao apoio em causa.
2. As candidaturas para os processos de pré-aceleração e aceleração decorrem, anualmente, em períodos específicos e definidos pela equipa HPH.

3. Após a receção do formulário de candidatura, o HPH responderá, por e-mail, a todos os candidatos.

Artigo 9.º

(Critérios de Seleção)

1. Cada projeto vertido no formulário correta e validamente submetido será livremente analisado considerando os seguintes critérios de avaliação, que têm que ser preenchidos na sua totalidade:
 - a) Produto/serviço que comprovadamente responda a necessidades sociais (que englobe todas as áreas temáticas dos pilares de sustentabilidade do HPH: social, ambiente, economia);
 - b) Projeto com produto/serviço diferenciado e disruptivo;
 - c) Razoabilidade e exequibilidade do projeto apresentado;
 - d) Capacidade de implementação por parte da equipa promotora;
 - e) Definição e validação de um modelo de negócio sustentável;
 - f) Que estejam alinhados com o Plano de Desenvolvimento Social de Braga;
 - g) Que estejam alinhados com o Plano Integrado de Ação do HPH.
2. São considerados como critérios de valorização na avaliação do projeto:
 - a) Soluções diferenciadas e disruptivas que trabalhem nas áreas de intervenção do Município de Braga;
 - b) Criação de postos de trabalho;
 - c) Projeto que responda aos desafios sociais da Cidade de Braga.
3. Nos casos em que os projetos submetidos preencham todos os critérios indicados nos números anteriores será agendada reunião presencial com os promotores do projeto candidato, com o objetivo de efetuar a avaliação presencial da candidatura de gestação.
4. Nos casos em que o projeto submetido for aprovado, encontrando-se na fase de pré-aceleração, será encaminhado para o BoostCamp de Pré-aceleração.
5. Nos casos em que o projeto submetido for aprovado, encontrando-se na fase de aceleração será realizado pela equipa técnica do HPH um relatório que será apresentado à Direção do HPH.

6. O resultado da avaliação do projeto por parte da Direção do HPH será comunicado aos promotores do projeto, por e-mail.
7. Sendo a candidatura aprovada, será celebrado um contrato de “gestação” que possibilita o uso e fruição do espaço do HPH e acesso aos serviços disponibilizados pela mesma.

Capítulo III

Coworking

Artigo 10.º

(Coworking)

1. Para efeitos do presente Regulamento, entende-se como coworking a utilização de um espaço composto por uma secretária e uma mesa de trabalho, em espaço e recursos de trabalho partilhados, no espaço gerido pelo HPH na Rua S. Domingos, nº94 B, 2º Andar, 4710-435 Braga
2. O espaço de Coworking do HPH visa apoiar os Cidadãos, Ativistas, Empreendedores, novas empresas e profissionais liberais (doravante designado por “Promotores”) no processo de desenvolvimento e consolidação dos seus projetos e atividades, disponibilizando o acesso a serviços, espaço de trabalho e soluções integradas que facilitem a sua implementação e crescimento no mercado.
3. Será assegurado aos Promotores o acesso a um conjunto de entidades parceiras, proporcionando e facilitando a rápida inserção no contexto empresarial e respetiva concretização do projeto e atividade.
4. O espaço de Coworking do HPH pode ser utilizado nas seguintes modalidades:
 - a) Teste período experimental de 1 (uma) semana;
 - b) Modalidade “Diária”, que permite o acesso por 1 (um) dia;
 - c) Modalidade “Semanal”, que permite o acesso pelo período de 1 (uma) semana;
 - d) Modalidade “Mensal”, que permite o acesso pelo período de 1 (um) mês;
 - e) Modalidade “Anual”, que permite o acesso pelo período de 1 (um) ano.
 - f) Os períodos previstos nas alíneas anteriores contam-se de forma contínua e ininterrupta e a sua contagem inicia-se no primeiro dia de fruição do prazo pelo(s) promotor(es) do projeto.

5. Para cada uma das modalidades previstas no número anterior será cobrada pelo HPH a respetiva contrapartida financeira, conforme preçário afixado no espaço gerido pelo HPH e em vigor à data do deferimento da utilização do coworking.

Artigo 11.º
(Candidaturas)

1. Os Promotores que pretendam apresentar uma candidatura ao coworking no HPH devem preencher, completa e corretamente, o formulário disponível no website do HPH.
2. As candidaturas decorrem de forma contínua, e a aprovação das mesmas está condicionada à disponibilidade de espaços existentes.
3. Após a receção do formulário de candidatura, o HPH responderá, por e-mail, ao todos os candidatos.

Artigo 12.º
(Critérios de Seleção)

1. O formulário será analisado considerando os seguintes critérios de avaliação que têm que ser preenchidos na sua totalidade:
 - a) Produto/serviço que comprovadamente responda a necessidades sociais (que englobe todas as áreas temáticas dos pilares de sustentabilidade do HPH: social, ambiente, economia);
 - b) Projeto com produto/serviço diferenciado e disruptivo;
 - c) Razoabilidade e exequibilidade do projeto apresentado;
 - d) Capacidade de implementação por parte da equipa promotora;
 - e) Definição e validação de um modelo de negócio sustentável.
2. São considerados como critérios de valorização da avaliação do projeto:
 - a) Soluções diferenciadas e disruptivas que trabalhem nas áreas de intervenção do Município de Braga;
 - b) Criação de postos de trabalho;
 - c) Projeto que responda aos desafios sociais do Concelho de Braga.

3. Sendo a candidatura aprovada, será celebrado um contrato de prestação de serviços que possibilita o uso e fruição do espaço do HPH e do acesso aos serviços disponibilizados pelo mesmo.

Capítulo IV

Dados Pessoais

Artigo 13.º

(Dados Pessoais)

1. Os dados pessoais fornecidos pelos Candidatos ao HPH, que prestam o seu consentimento livre, específico e informado no Formulário de Candidatura, serão utilizados exclusivamente para fins ligados à candidatura ao HPH, bem como, se autorizado pelos Candidatos, para atividades de prestação de informação relativas à atividade da BragaHabit e Município de Braga, na área do empreendedorismo e inovação social, em declaração de consentimento específica.
2. Todos os que facultam dados pessoais no âmbito das Candidaturas ao HPH terão de prestar o seu consentimento livre, esclarecido e informado de acordo com a declaração de consentimento disponibilizada para o efeito nos Formulários de Candidaturas.
3. A BragaHabit aplica medidas técnicas e organizativas adequadas a garantir o nível de segurança necessário ao risco e dispõe de um sistema informático capaz de resistir a eventuais acidentes ou atos maliciosos que comprometam a disponibilidade e integridade dos dados pessoais conservados ou transmitidos.
4. A BragaHabit conserva os dados pessoais dos candidatos pelo tempo estritamente necessário para dar cumprimento às finalidades decorrentes das candidaturas, garantindo sempre a sua confidencialidade.
5. Nos termos do Regulamento Geral da Proteção de Dados os Candidatos comprometem-se a fornecer os seus dados pessoais atualizados. Os dados pessoais, respeitantes ao quadro de preenchimento obrigatório do formulário da candidatura, que se venham a apurar como sendo incorretos ou incompletos, serão motivo para a imediata suspensão ou cessação da candidatura.

6. Nos termos do Regulamento Geral da Proteção de Dados é reconhecido aos Candidatos o direito de consulta, atualização, alteração e retificação dos seus dados pessoais, o que poderão fazer através do site do HPH ou, após a submissão das candidaturas, através do endereço de correio eletrónico: hello@humanpowerhub.org.
7. É ainda reconhecido aos Candidatos o direito de retirar o seu consentimento em qualquer momento, sem que comprometa a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado, mediante pedido escrito dirigido à FBA através do endereço de correio eletrónico: hello@humanpowerhub.org

Capítulo V

Espaços e Serviços

Artigo 14.º

(Espaços e Serviços de uso comum)

1. O HPH disponibiliza os seguintes espaços:
 - a) Espaços comuns: receção partilhada do Seminário Nossa Senhora da Conceição; instalações sanitárias; salas de reunião (disponíveis mediante agendamento prévio); zonas de circulação comum;
 - b) Sala de formação, mediante agendamento e aprovação prévia pelo HPH;
 - c) Espaço de coworking equipado com mobiliário de base.
2. O HPH disponibiliza os seguintes serviços:
 - a) Gerais: uso e fruição dos espaços e salas comuns; das salas de reunião (mediante agendamento); uso de endereço para a sede social; limpeza e segurança dos espaços comuns; serviço de receção.
 - b) Serviços de consultoria e apoio especializados e aconselhamento nas fases de pré-aceleração, aceleração, incubação e desenvolvimento empresarial.
3. Os serviços referidos no número anterior serão cobrados pelo HPH, conforme preçário afixado no espaço gerido pelo HPH e em vigor à data do deferimento da concreta utilização acordada.

Artigo 15.º

(Uso e Fruição do Espaço)

1. O HPH pretende facultar aos Promotores a utilização do espaço e a prestação dos serviços previstos neste Regulamento e nos respetivos contratos.
2. O espaço cedido destina-se exclusivamente ao desenvolvimento das atividades que fazem parte do objeto social da iniciativa empreendedora ou projeto, não podendo os Promotores transmitir ou ceder, por qualquer título, o espaço que lhes foi atribuído.
3. Todos os equipamentos e espaços de utilização comum devem ser mantidos limpos e em bom estado de conservação.
4. Os Promotores são responsáveis pela segurança, limpeza e ordem na área de seu uso exclusivo.
5. As salas de reuniões no HPH estão disponíveis para utilização dos Promotores, mediante marcação prévia e disponibilidade.
6. As Salas de Formação estão disponíveis para utilização dos Promotores, mediante marcação prévia, disponibilidade e autorização pela Direção do HPH.
7. É proibido fumar no HPH, bem como é proibido o consumo de bebidas alcoólicas, salvo em ações devidamente autorizadas pela Direção do HPH.

Capítulo VI

Direitos e Deveres

Artigo 16.º

(Deveres e responsabilidade)

1. O HPH compromete-se a dar integral cumprimento às obrigações resultantes dos contratos que celebrar com os Promotores.
2. Os Promotores ficam obrigados ao cumprimento de todas as disposições indicadas no presente regulamento, bem como as que constam do contrato de prestação de serviços com uso e cedência de espaços a celebrar entre as partes.
3. Os Promotores disponibilizam-se a participar nas ações previstas em cada fase de gestão e no fornecimento de todas as informações e documentação contabilística prevista.

4. Os Promotores disponibilizam-se em participar ativamente nos eventos e iniciativas organizadas no seio do HPH.
5. Os beneficiários ficam responsáveis por manter em bom estado de utilização o espaço disponibilizado, equipamentos e mobiliário e ainda todas as áreas comuns do HPH.
6. Todos os Promotores deverão aceder às instalações do HPH respeitando os horários de funcionamento e normas de segurança que constam do Anexo I ao presente Regulamento.

Artigo 17.º

(Contrato de Prestação de Serviços)

1. Os Promotores selecionados celebram um contrato de prestação de serviços com cedência de uso de espaços do HPH.
2. Os pagamentos pela utilização dos espaços do HPH e respetivos serviços são os que constam dos respetivos contratos e encontram-se estipulados na Tabela de Preços a aprovar pela Direção do HPH e afixada na sede do HPH.

Capítulo VII

Disposições Finais

Artigo 18.º

(Cessação)

1. A relação contratual estabelecida entre o HPH/ BragaHabit e os Promotores, cessa:
 - a) Pelo decurso do prazo contratual estabelecido em regulamento, contrato, ou candidatura realizados;
 - b) Por acordo das Partes;
 - c) Por resolução do contrato em caso de incumprimento do pagamento pontual à BragaHabit ou de qualquer prestação obrigatória ao Estado;
 - d) Em caso de incumprimento do contrato de prestação de serviços com cedência de uso de espaços;
 - e) Se os Promotores não cumprirem com as obrigações assumidas e não respeitarem o presente Regulamento;

- f) Se ocorrerem alterações significativas aos objetivos iniciais da candidatura;
 - g) Se se verificar a insolvência da Iniciativa empreendedora incubada;
 - h) Se se verificar a cessação temporária da atividade do Promotor;
 - i) Se o HPH já não conseguir responder às necessidades de crescimento do espaço por parte do projeto apoiado.
2. Nos casos de cessação da relação contratual estabelecida entre a BragaHabit e os Promotores nos casos previstos nas alíneas c) a h) do número anterior, o HPH deverá notificar estes últimos por e-mail, da cessação do contrato de prestação de serviços com cedência do uso de espaços, que produzirá os seus efeitos cinco dias úteis após o envio do e-mail.

Artigo 19.º

(Responsabilidade)

O HPH não será responsável pelo incumprimento de quaisquer obrigações fiscais, laborais, previdenciais, sociais, comerciais, financeiras ou de qualquer outra natureza, que constituam encargo dos Promotores, inclusivamente, encargos e/ou dívidas perante fornecedores, colaboradores e/ou quaisquer terceiros.

Artigo 20.º

(Interpretação e Integração de Lacunas)

Todas as dúvidas suscitadas com a interpretação e aplicação do presente Regulamento, bem como a integração de lacunas serão resolvidas por deliberação da Direção da BragaHabit, sujeita a aprovação da Câmara Municipal.

Artigo 21.º

(Foro)

Para resolução de qualquer litígio decorrente do presente regulamento, não resolvido por acordo, convencionam as partes, com exclusão de qualquer outro, a competência do foro da Comarca de Braga.

Artigo 22.º

(Modificação)

Qualquer alteração ao presente Regulamento deve ser aprovada pela Direção da BragaHabit, seguindo os posteriores trâmites legais, incluindo aprovação pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

Artigo 23º.

(Entrada em vigor e publicação)

1. O presente Regulamento entra em vigor na data da sua publicação em Diário da República.
2. O Regulamento estará disponível no Website do HPH e no website do Município.